

O Programa Bolsa Família na revista Veja: assistencialismo governamental ou ressentimento midiático?¹

José Luiz Aidar Prado e Andréia Moassab

Resumo

Esse texto discute aspectos do Programa Bolsa Família ligados à superação das desigualdades socioeconômicas na confluência entre mundo vivido e instâncias sistêmicas da sociedade da comunicação. Foram examinadas reportagens de *Veja* de 2005 e 2006 sobre o programa, em que se constata um viés interpretativo que julga o programa unicamente como estratégia eleitoral. Buscamos entender e apresentar o programa para além dessa visão midiática reducionista, por meio das seguintes questões: como a população pode tornar o PBF emancipatório por meio da criação de novas sociabilidades? O PBF suporta em seu corte burocrático a expressão de efeitos de multidão (plurilinguísticos) que venham a criar efeitos emancipatórios para além da transferência de renda (empoderamento, melhoria do estado de bem-estar)? Como enfrentar o paradoxo de que ao colocar suas demandas de modo participativo e sistêmico, podem perder-se os efeitos de multidão vindos do mundo da vida? Esse texto busca responder a tais questões, ultrapassando o reducionismo midiático de *Veja*, em suas leituras sobre o programa.

Palavras-chave:

Programa Bolsa Família. Assistencialismo. Empoderamento. Emancipação. Sociedades da comunicação.

1 Introdução²

No âmbito do projeto *A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal* (PRADO et al., 2008; PRADO, 2005), estudamos a construção de “pobreza”, “miséria” e “desigualdade social” pela mídia semanal, temáticas ligadas ao Programa Bolsa Família (PBF). Ao examinar o programa, percebemos uma dissonância em relação às informações veiculadas pela mídia, especialmente no que tange ao tema “emancipação versus assistencialismo”. Examinaremos como estes temas estão enunciados na mídia, discutindo a existência, no programa, de uma abertura para a sua apropriação pela multidão com vistas à emancipação.

Ao tematizar a “multidão”, vários autores contemporâneos como Negri e Hardt (2005), Lazzarato (2006) e Virno (2004) discutem as resistências sociais a partir das singularidades e não mais dos conjuntos unificados nos conceitos de “povo”, “público” ou mesmo no conceito disfórico moderno de “massa”. Sob esta perspectiva, a multidão é entendida como conjunto de singularidades.

José Luiz Aidar Prado | zaidar@terra.com.br

Doutor em Comunicação e Seemiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

Andréia Moassab | amoassab@gmail.com

Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora de Investigação do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde.

A questão que se colocará é: como as singularidades cooperam na resistência? Como se dá essa cooperação sem medida, para além do valor centrado no trabalho mensurável? Como se constrói essa potência da multidão além do processo de construção de valores na modernidade? Entendida como multiplicidade incomensurável, a multidão é pensada por aqueles autores como um universal concreto no mundo do novo capitalismo cognitivo ou imaterial, em que o valor, como diz Gorz (2005), está na produção do conhecimento. Deu-se, na segunda metade do século XX, um deslocamento da produção de valor das mercadorias, que na era fordista tinha o valor calculado pelas horas de trabalho, para a comunicação das sociedades de controle (PRADO, 2006a; PRADO; CAZELOTO, 2006; GOMES, 2004), na qual os produtos não valem mais somente pelo trabalho transformado em características técnicas e de utilidade, mas pela marca, pela inserção em um mapeamento de consumo social – ou seja, adquirem um valor de signo dentro da superprodução semiótica, dirigida ao sucesso e à vitória (PRADO, 2003). Lazzarato (2006) encara esse domínio da lógica comunicacional dentro de um novo território de luta nas sociedades de controle (DELEUZE, 1992), caracterizado pela oposição entre máquinas de expressão e de comunicação:

A comunicação e a informação agem no interior da criação dos possíveis para reduzir as relações do acontecimento e suas bifurcações imprevisíveis, suas aberturas problemáticas – que se expressam nos enunciados e nos signos – a uma simples ‘transmissão de informação’, a uma mera ‘troca comunicacional’. [...] Trata-se de neutralizar o acontecimento, de domesticá-lo, de reduzir o imprevisível, o desconhecido da relação acontecimental (lingüística e expressiva) ao previsível, ao conhecido, ao hábito comunicacional. No território das máquinas de expressão, temos o conflito entre o processo constitutivo pensado a partir do acontecimento e o processo constitutivo pensado a partir do sujeito (LAZZARATO, 2006, p.156).

Segundo essa teoria, o acontecimento é a ruptura da comunicação³. A máquina expressiva da multidão tem de colocar em prática as forças expressivas linguajeiras do mundo vivido (*Lebenswelt*), conceito fenomenológico que caracteriza um inconsciente pragmático, acervo de saberes cotidianos (não científicos) que constituem um *background* (pano de fundo) cultural e societal. O movimento da lógica sistêmica atual (partidos, empresas, governos) visa bombear essas formas pragmáticas do mundo vivido para alimentar o grande sistema semiótico (ou simbólico) que faz girar o capital (PRADO; CAZELOTO, 2006; PRADO, 2006a; PRADO, 2006b; GOMES, 2000; FAUSTO NETO, 1999).

1 As ideias centrais deste artigo foram debatidas no Grupo de Trabalho Estudos de Sociabilidade, do XVI Encontro da COMPÓS, na UTP, em Curitiba (PR), em junho de 2007.

2 Agradecemos a conversa com Nabil Kadri, técnico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em dezembro de 2006.

3 Sobre essa definição de acontecimento, ver também Prado e Dunker (2005), Lazzarato (2006) e Badiou (1994).

Em outras palavras, as demandas e formas linguageiras do mundo vivido são apropriadas pelos sistemas de comunicação (no sentido geral da nova produção capitalista de que falamos acima, incluindo o terceiro setor e a mídia, mas ampliando-a e engolindo-a), fazendo com que o sistema bombeie as formas semânticas e pragmáticas do mundo vivido para gerar saberes e conhecimentos na produção de valor.

Nesse contexto, a criação de resistência por parte dos movimentos sociais⁴ deve ser pensada não somente como contraponto ao sistema, mas como recusa do monolinguismo, como afirmação do plurilinguismo acontecimental; dito de outro modo, não apenas como atividades contra-hegemônicas, mas também como afirmação de outros mundos possíveis diante da lógica hegemônica, o que conecta com o tema do direito à comunicação, para além dos formatos da estruturação hegemônica atual no país (BRITTOS, 2008; SODRÉ, 1999).

Estudaremos neste texto o Programa Bolsa Família, a fim de pensar a possibilidade de ultrapassagem da dimensão assistencialista (levar o peixe ao faminto) na direção da emancipação (o faminto passa a pescar e se torna outro-que-faminto). O programa cria condições de emancipação? Examinaremos algumas reportagens da mídia semanal de modo a

verificar como são enunciados o assistencialismo e a possibilidade de emancipação ligados ao programa. E, finalmente, como se pode pensar essa relação entre sistema (gestores nos níveis federal, estadual e municipal) e mundo vivido (a potência criadora da cultura das singularidades) na apropriação do programa pela multidão.

2 O Programa Bolsa Família

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres e extremamente pobres”, com legislação própria, aprovada em 2004⁵. O programa foi criado no âmbito do Fome Zero, tendo em vista o alívio imediato da pobreza e a superação da fome, através da transferência direta de renda. No que diz respeito ao rompimento do ciclo de pobreza, o programa faz exigências do cumprimento de condicionalidades pelos beneficiados, relacionadas à saúde e educação da família, a saber: todas as crianças entre 6 e 15 anos devem estar matriculadas na escola e manter uma frequência escolar mínima de 85%; as gestantes precisam fazer pré-natal; nutrízes devem comparecer às consultas e atividades educativas no posto de saúde; e crianças menores de 7 anos têm de estar com o calendário de vacinação em dia. Outro pilar fundamental do

4 Mesmo considerando que os beneficiários do Programa Bolsa Família são famílias, pensamos numa relação entre movimentos sociais, criando efeito de multidão, em sua relação com o Estado.

5 Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

programa é a descentralização da gestão com a articulação entre estados, municípios e sociedade civil. Configura-se, assim, uma arquitetura de políticas públicas integradas e intersetoriais.

Esta articulação é iniciada na esfera federal através do Conselho Gestor do programa⁶. Estados e municípios são parceiros, cabendo aos primeiros a articulação com a agenda de desenvolvimento local e regional, isto é, devem implementar as atividades complementares de maneira articulada às atividades de geração de emprego e renda e de apoio às atividades produtivas, bem como auxílio técnico e infraestrutural para os municípios desenvolverem sua parte na parceria. A estes cabe o papel central do programa, em torno da indicação do gestor municipal e da constituição da instância de controle social. O gestor municipal deve responder pela implantação e gestão do PBF; a instância de controle social, constituída por conselho formado pela população e representantes do governo⁷, tem a função de acompanhar e avaliar o funcionamento e desenvolvimento das ações do programa e fiscalizar a transparência e adequação das atividades.

O PBF tem por cerne associar o benefício ao acesso a direitos básicos. Além do acesso à saúde

e à educação incluídas nas condicionalidades já explicitadas, o programa articula-se com ações de alimentação e assistência social dos municípios. Neste sentido, não busca combater somente a miséria e a exclusão social como medida emergencial, mas também visa promover a emancipação das famílias mais pobres. Aqui se coloca o nó da questão quando o programa é discutido na mídia: em geral o PBF é considerado assistencialista, não permitindo nenhuma forma de emancipação. Voltaremos a isso.

A cobrança por eficiência na gestão do programa é feita pelo MDS, através de um índice de gestão, e também por parte dos conselhos de controle, instâncias obrigatoriamente criadas a partir da assinatura do Termo de Adesão⁸.

Algumas inovações conceituais também foram tentadas no PBF: o conceito de família é entendido como a “unidade nuclear, eventualmente ampliada por pessoas que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico e viva sob o mesmo teto, mantendo-se pela contribuição de seus membros” (BRASIL, 2006b, p. 28, grifo nosso). Ao eliminar o critério de consanguinidade, expande-se o conceito para a inclusão, por exemplo, dos filhos de criação e outros entes agregados. No que diz respeito

6 Fazem parte: ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Saúde, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, e o presidente da Caixa Econômica Federal.

7 Os conselhos ou comitês são paritários, compostos por representantes do governo, sociedade civil, e setores envolvidos no programa (saúde, educação, assistência social etc).

8 A assinatura do Termo é condição para acesso aos recursos financeiros federais de apoio à gestão.

à renda, não há a necessidade de apresentação de qualquer tipo de comprovante, de modo que todo e qualquer rendimento da família entra no cálculo, exceto aquele montante vindo de outros programas do governo. A renda autodeclarada tem por objetivo eliminar entraves que poderiam impedir o recebimento do benefício.

3 O Programa Bolsa Família em *Veja*

Nesta seção examinaremos as reportagens de *Veja*, a revista semanal de maior tiragem no Brasil e a principal publicação do Grupo Editorial Abril. É líder de mercado, com tiragem média semanal de 1.086 mil exemplares (IVC – média de janeiro a dezembro 2010), respondendo, sozinha, por 7,25% do mercado.

No segmento de revistas de “interesse geral e atualidades”, *Veja* apresenta tiragem superior à soma de suas principais concorrentes (*Época*, da Editora Globo, com média de 409 mil exemplares por semana, e *Isto É*, da Editora Três, 340 mil).

A razão da escolha de *Veja*, no entanto, não se dá somente em função de sua liderança, mas também de sua postura, em geral alinhada aos programas hegemônicos e contrária às políticas dos governos de esquerda, assumindo incansavelmente a posição de um enunciador crítico de políticas sociais emancipatórias. Tal postura foi investigada em termos dos módulos do Outro na hipermídia A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal (PRADO et al., 2008). Aqui deter-nos-emos a

examinar o que *Veja* critica no Bolsa Família.

Ao longo de 2005 e 2006, anos finais do primeiro governo Lula e sendo 2006 ano da eleição presidencial, foram oito as reportagens em *Veja* mencionando o Programa Bolsa Família⁹. Destas, o programa foi o assunto central em três matérias, objetos de análise neste artigo:

- a) Bolsa Família: Moeda Eleitoral ou Ajuda (destaque na capa da edição 1954, de 03/05/06);
- b) Reféns do Assistencialismo (matéria interna à reportagem da capa sobre eleições, edição 1969, de 16/08/06);
- c) No Reino das Bananeiras (matéria sem relação com a capa, edição 1984, de 29/11/06).

Das três, a primeira é a que contém mais detalhes sobre o programa, com quadros explicativos e alguns com opiniões de especialistas. É esta também a mais favorável de um modo geral ao PBF, a começar pelo subtítulo: “Com o Bolsa Família, Lula ganhou sua arma nas urnas. Eleitoreiro ou não, é inegável que o programa melhora a vida de milhões de brasileiros”. Se no início do texto (p. 107) é apresentada boa parte dos elogios, “[...] quando se compara o programa brasileiro com o de outros países, fica claro que aqui o esforço é mais profundo”, ao longo da matéria este tom vai sendo gradativamente alterado para finalizar na ideia de que há um uso eleitoreiro do programa.

A despeito de ser a mais positiva de todas analisadas, seu texto se assenta sobre dois eixos: (1) esforça-se por elogiar o governo anterior, numa espécie de desmerecimento dos avanços por ora reconhecidos e (2) já anuncia uma preocupação com o assistencialismo do programa, o que aparecerá com mais força nas reportagens posteriores.

No que diz respeito ao vínculo sempre favorável em relação ao outro governo, os valores positivos do PBF são construídos como decorrência de projetos predecessores: “o Bolsa Família conseguirá melhorar de forma efetiva a situação dos mais pobres, como fez o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso?” (p. 108). Essa questão é imprópria, pois BF e Plano Real não são substituíveis, sendo o primeiro um plano social e o segundo um plano econômico, com objetivos diferentes. Na sequência, é reconhecido o avanço do programa, mas com ressalvas: “avanço que começou, registre-se, com a implantação do Bolsa Escola no governo de FHC” (p. 108). Esse “registre-se” significa “atenção, o que há hoje de positivo no BF já estava dado anteriormente”, o que não é uma afirmação de caráter jornalístico, de informação, mas de cunho ideológico, ao tornar desimportante ou suspeito um processo que atravessa governos e apresenta uma importância em si.

Concernente ao segundo pilar da matéria, ou seja, as preocupações relativas ao assistencialismo

cita ora Luiz Gonzaga, ora um provérbio chinês: “Quem dá uma esmola a um homem que é são / ou lhe mata de vergonha / ou vicia o cidadão [...] Dê um peixe a um homem e você o alimenta por um dia. Ensine-o a pescar e você o alimentará para o resto da vida” (p. 108). Fica pressuposta nas entrelinhas da matéria uma preocupação ao desincentivo ao trabalho, apesar da fala de uma das entrevistadas: “O recebimento do benefício não foi um desincentivo ao trabalho”. Vale lembrar que naquela época as famílias beneficiadas tinham renda mensal inferior a R\$120,00 *per capita* e que os benefícios variam de R\$ 15,00 a no máximo R\$ 95,00 ao mês por família¹⁰.

Com relação às condicionalidades e programas complementares do PBF, a reportagem é ambígua. Se por um lado critica a condicionalidade de frequência escolar (todas as crianças da família devem apresentar 85% de frequência escolar para a família permanecer no programa) por considerar que com isso o PBF “chove no molhado ao exigir o que, de qualquer modo, já é cumprido” (p. 110), em seguida aponta como falha do programa a não exclusão do beneficiado pelo não cumprimento de tal exigência. Neste ponto é dado o encaminhamento final da primeira parte da reportagem, na qual se conclui a tese inicial de que apesar de todas as qualidades, trata-se de um programa eleitoreiro: “no momento em que o governo se despreocupa com a fiscalização, permite concluir que o foco não é a melhoria

¹⁰ Em 2010 os benefícios do PBF atendem duas faixas de renda: (1) para famílias com renda até R\$70,00 o benefício varia de R\$68,00 a R\$200,00; e (2) para famílias com renda de R\$70,00 a R\$140,00, o valor varia do mínimo R\$22,00 ao máximo R\$132,00.

da vida dos pobres, mas sim a vida eleitoral do presidente da República” (p. 110). Parece não passar pela hipótese de argumentação do enunciador a possibilidade de um programa que, de um lado, atenda à melhoria de vida dos pobres e, de outro, às boas estatísticas do presidente.

Na reportagem seguinte, na mesma edição, o título já anuncia: *A Força Eleitoral, O Uso Eleitoreiro* (p. 110). A tese central se apoia nos resultados das pesquisas eleitorais, nas quais, segundo a revista, há mais eleitores de Lula entre os beneficiados ou aqueles que conhecem algum beneficiado, do que na população de um modo geral. Aqui o argumento se torna unilateral ao considerar que pobres só votam em Lula devido ao PBF. Nesta sequência, o programa é assumido como assistencialista, o que na primeira parte da reportagem era uma hipótese a ser debatida: “a crescente associação que o eleitorado pobre faz entre o *programa assistencial* e o governo federal é resultado da expansão dos benefícios” (p. 111 grifo nosso). O enunciador de *Veja* mostra-se imperativo, porém plástico na moldagem da argumentação, ao desenvolver sempre a parte que interessa ao contrato proposto com o leitor. Não considera, por exemplo, que para além de uma suposta ênfase de um governo em ter maiores índices de aprovação, o programa pode realmente melhorar a vida do sujeito. E, para além dessa efetiva melhora, que pode ser extremamente variável ao longo de todo o território do país, os altos índices de aprovação do presidente têm também outras fontes dentro do imaginário da população. A plasticidade visando

os propósitos simplificadores da reportagem ignora a complexidade sociológica do imaginário das populações brasileiras. Essa simplificação destina-se a uma função puramente tautológica por parte do enunciador: dizer mal de quem seu leitor de classe A e B não gosta [...]. Não ocorrem, portanto, aqui altas justificativas jornalísticas, nem mesmo argumentação de um jornalismo liberal, como em *O Estado de S. Paulo*.

Na matéria de agosto, o tom negativo acerca do PBF prenunciado em maio é predominante: *Reféns do Assistencialismo: Apesar de seu tremendo impacto, o Bolsa Família falha ao não abrir uma porta de saída da miséria* (edição 1969, p. 60). Ao contrário das demais, nesta pelo menos a argumentação se torna um pouco mais qualificada. Há nessa linha de raciocínio a predisposição para contrapor os beneficiários do programa aos “brasileiros que trabalham e pagam impostos”, expressão que aparece três vezes nos dois primeiros parágrafos. O argumento é retentivo e ressentido ao recusar a quem precisa, para sobreviver, menos de cem reais ao mês. O resultado é um liberalismo frágil, sem mediações, ao desconhecer o problema central da desigualdade entre ricos e pobres no país e ao imaginar que o dinheiro dos que trabalham é transferido sem mais para os que não trabalham. O argumento pressuposto é: “[...] os que não trabalham são preguiçosos, não trabalham por culpa própria e nós, os que trabalhamos, não vamos sustentá-los”. Outro pobre tirando o dinheiro de Mesmo rico. Dito

assim, aparece toda a obscenidade do jornalismo de *Veja*. Esse texto desconhece a característica do capitalismo, principalmente a partir de sua fase neoliberal, de produzir um maior contingente de pobres, de gente sem acesso ao mercado de trabalho e sem preparo profissional. O que o argumento ignora é que essa produção de pobreza não é responsabilidade dos pobres, mas do funcionamento estrutural do sistema econômico mundial. Ao falar destes “brasileiros que trabalham e pagam impostos” o texto elimina o papel do governo e da complexa política pública arquitetada, como se a transferência fosse direta dos que trabalham para aqueles que não têm emprego. Trata-se de um liberalismo primário, que não enfrenta os problemas sociais de forma clara e responsável. Sobre o assistencialismo, até mesmo nas chamadas das fotos há o tom ressentido do enunciador *Veja*-Patinhas: “é preciso muito mais para que a esmola um dia tenha fim” (p. 61).

Toda a estrutura do texto é montada em defesa do ponto de vista de que o programa é assistencialista. Do total de municípios no país são analisados apenas três, como se fosse uma amostra do universo todo, sendo que os dois problemáticos são apontados como regra e naquele onde o programa é bem-sucedido, estaria a exceção. Não é posto com clareza o critério de escolha dos municípios pelo enunciador, sendo que quantitativamente a amostra não é significativa e qualitativamente é tendenciosa, uma vez que foram selecionados dois municípios com mau uso do programa e um com bom uso,

apontado como desvio ao padrão. O enunciador “Patinhas” dos parágrafos anteriores se torna aqui de má fé.

No último artigo analisado da revista *Veja*, mais do que o PBF, o assunto central é o jogo oposição-governo e como o programa teria sido usado pela oposição para “jogar casca de banana no caminho do governo” (edição 1984, p.74). A tese é que ao aprovar uma espécie de décimo terceiro salário aos beneficiários para qual o governo não tem verbas disponíveis, deixa-se a este o encargo politicamente delicado de vetá-lo. À semelhança dos anteriores, neste texto o programa também aparece como assistencialista.

4 Empoderamento

As reportagens sobre o PBF afirmam majoritariamente que o programa é assistencialista por natureza, quer dizer, ele não leva os beneficiários a se emancipar e a sair da pobreza. O que significa emancipar-se da pobreza? Em geral a pobreza está ligada a um estado não apenas de falta de renda e de consumo, mas também de capacidade social de empoderamento (habilidades, voz para exigir e participar de seleções, respeito nos grupos sociais) (RANIS; STEWART; SAMMAN, 2006; EDWARD, 2006). As políticas de combate à pobreza têm historicamente se caracterizado por práticas de clientelismo e promoção da dependência, especialmente através da personalização de favores entre figuras públicas locais e população vulnerável.

Nas reportagens analisadas ficou claro um posicionamento duplo da revista: por um lado há um componente que “estraga” o programa, que é sua finalidade eleitoreira, embora todos os governos necessitem disso em sua comunicação institucional. Por outro lado, o assistencialismo é dito originário. A emancipação é construída nas reportagens como exceção, sendo citado apenas o caso do município Pedro II, no Piauí (edição 1969), no qual a prefeitura implementou cursos profissionalizantes como programa complementar ao PBF.

A questão primordial do PBF é, portanto, a da passagem do assistencialismo para a emancipação: como se trabalha no programa a passagem de uma situação de mal-estar (*illbeing*) para uma de bem-estar (*wellbeing*), ou seja, de um estado de falta para um estado de vida-bom ou de boa “qualidade de vida”? Ao estado de mal-estar ligado à miséria, em geral estão ligados: falta de empoderamento (*powerlessness*), falta material, doença e fraqueza física, insegurança. Ao estado do bem-estar estão ligados a liberdade de escolha e ação (empoderamento), suficiência material, bem-estar físico e segurança (CHAMBERS, 2006).

Qual é o modelo de uma vida boa, de uma vida plena que deveria guiar essa emancipação? Ao redor de que modelos devemos lutar para mudar estados de vida? Esse “devemos”, dito no plural, se refere à população pobre ou a nós-enunciadores-analistas? Como pensar a saída da pobreza? Defenderemos a posição de que o PBF

deve somente criar as condições mínimas para a passagem para a vida boa e que a multidão e a população é que devem construir, nas singularidades específicas de cada localidade, nas brechas criadas pelo programa, a definição prática de “emancipação”.

Emancipação, empoderamento e poder são conceitos intrinsecamente relacionados (MOASSAB, 2008). Ao analisar as diferentes relações de poder historicamente constituídas, Foucault (1988) identifica alterações significativas naquilo que ele denomina sociedades soberana, disciplinar e de controle. Nos dias de hoje, vivemos em uma sobreposição de dois modelos de organização social e de poder: disciplinares e de controle.

Na sociedade soberana o poder sobre o corpo “culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 1988, p. 128): tratava-se de um poder externo ao corpo, que o subjugava, o poder de “causar a morte”. Por sua vez, na sociedade disciplinar o poder, a despeito de permanecer externo ao corpo, não se apoderava dele para suprimi-lo, sendo, ao contrário, necessário fazer viver para organizar os corpos, classificá-los, hierarquizar-los. O corpo individual era apenas parte de uma massa social a ser disciplinada. Ao contrário destes dois, na sociedade de controle (ou líquida, como diria Bauman) o poder não atua mais somente sobre o corpo, mas também na constituição dos próprios sujeitos, que emergem ao ser interpelados pelos

discursos. Sob este aspecto, não é algo que lhe seja externo, e sim interno.

Ao mesmo tempo, não se trata mais de organizar as massas, mas de modalizar seus segmentos (tanto multiculturais quanto de mercado) a partir do controle internalizado dos indivíduos-sujeitos. A preocupação em organizar, localizar e confinar a massa nas suas instituições (escola, exército, fábrica) através dos seus aparelhos de repressão e coerção (castigos corporais nas escolas e exércitos, o maquinário pesado do trabalho repetitivo) convive atualmente com mecanismos de controle (senhas, cartão de crédito, celular, câmeras de vigilância) e aparelhos de sedução (os discursos convocadores dos *media*, da publicidade).

Por conseguinte, vivemos numa sociedade de controle na qual o poder faz parte da própria constituição dos sujeitos pelos discursos: nada nem ninguém escapa de seus mecanismos; não há exterior possível (MACHADO, 1979, p. XIV). Se a resistência na sociedade disciplinar era desenhada por uma resistência da massa, do operariado organizado em sindicatos, com suas reivindicações contra o poder disciplinador, na sociedade de controle esse modelo é inoperante.

Como afirma Boaventura Santos (2006, p. 281), no período do capitalismo desorganizado, desde o final dos anos de 1970, além de classes, o capitalismo produz diferença racial e de gênero. Neste contexto, as novas formas de resistência encontraram, nas singularidades da multidão, alternativas mais eficientes de combate ao

poder-controlador, o poder que se instaura por dentro. É na multidão e na reformulação simbólica do cotidiano que está a potencialidade contra-hegemônica do mundo contemporâneo, a possibilidade de resistência.

O processo de conquistar voz e alterar as relações de poder que atravessam o cotidiano conduz ao empoderamento das populações oprimidas que, ao fim e ao cabo, é parte essencial de um processo emancipatório. Se por um lado Foucault colabora para um entendimento da microfísica do poder e do biopoder que está em toda parte, Boaventura Santos, ao pontuar diversos espaços estruturais no qual o poder se manifesta distintamente, acrescenta novos mecanismos na luta contra o poder hegemônico.

Um dos espaços estruturais apontados por Santos (2005), o espaço doméstico, foi, nas últimas décadas, objeto de forte politização pelo movimento feminista. Na produção teórica do movimento, um dos pontos centrais de reivindicação é o empoderamento da mulher, trazendo para o escopo das relações domésticas a questão do poder patriarcal dominante nas sociedades ocidentais (MILLET apud SIMÕES, 2007, p.18), pelo menos nos últimos quatro séculos. A partir basicamente de Gramsci, Foucault e Freire, o conceito de empoderamento é amadurecido ao longo das duas últimas décadas por diversas correntes do pensamento feminista (LEÓN, 2000). Ainda que nenhum destes teóricos tenha abordado, nomeadamente, a questão do

empoderamento, suas reflexões sobre o poder como relação social foram fundamentais para as teorias feministas.

Em linhas gerais, empoderar-se significa alguém adquirir controle de sua própria vida, adquirir habilidades de fazer coisas e de definir suas próprias agendas. Poder aqui é compreendido em seu sentido alargado, desvinculado do Estado e disseminado por toda estrutura social. Nessa perspectiva, se o poder está em toda parte, as mudanças nas relações de gênero baseadas no poder têm de acontecer em todos os tipos de relações sociais (do pessoal ao institucional). O pensamento feminista negro, especialmente através de Patrícia Hill Collins (1991), tem papel fundamental na defesa do empoderamento enquanto conquista coletiva e não individual.

Boaventura Santos (2007a, p. 266) afirma que “poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual”. Desigualdades não são apenas materiais e estão em relação profunda com desigualdades não materiais: educação, capacidades representacionais/comunicativas e expressivas, de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas (SANTOS, 2007a, p. 267). As relações sociais são exercícios de poder mediante “o grau com que são desigualmente tratados os interesses das partes na relação” (SANTOS, 2007a, p. 269).

Todo o sistema de organização em que se assenta a modernidade ocultou diversas formas de

opressão, como o racismo, as castas, o sexismo e o colonialismo. As populações historicamente silenciadas são partes constitutivas da chamada ecologia de saberes necessária para a transição paradigmática rumo à suplantação do conhecimento de regulação de emancipação.

Desta maneira, sendo o poder construído nas relações sociais, conforme apontam diversos pensadores, a emancipação é, portanto, “tão relacional como o poder contra o qual se insurge. Não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias, relações que criam um número cada vez maior de relações cada vez mais iguais. As relações emancipatórias desenvolvem-se, portanto, no interior das relações de poder” devendo-se, para tanto, “transformar as capacidades que reproduzem o poder em capacidades que o destroem” (SANTOS, 2007a, p. 269). As relações emancipatórias seguem, desta maneira, em direção à transformação social, com vistas a um mundo com menos desigualdades hierarquizantes, menos discriminação e menos opressão e oprimidos. Em outras palavras, elas trabalham na tensão entre a luta por igualdade e o reconhecimento da diferença, animadas “por um ethos redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos” (SANTOS, 2007b, p. 22).

O poder se desamarra de uma relação exclusiva com o Estado, para estar em todos os aspectos da vida, neste caso também da vida doméstica, que é

politizada pelas feministas e alcança os espaços estruturais que requerem cada qual estratégias diferenciadas para lidar com a tensão entre igualdade e diferença, tendo em vista neutralizar o sistema de trocas desiguais no qual estamos imersos. O jornalismo tem estado de modo geral, em sua quarta fase, segundo a divisão proposta por Marcondes Filho (2000), atado a esses novos processos biopolíticos, fornecendo as receitas para cada leitor agenciar seu caminho rumo à vitória segundo o princípio do desempenho ligado ao capital globalizado. Nessa direção a única diferença que importa ao jornalismo hegemônico é a que impulsiona o capital (SODRÉ, 2002; CARNEVALLI, 2003; FREIRE FILHO; HERSCHMANN, 2007; DALY; HENRY; RYDER, 1997).

4.1 Multilinguismo

No PBF a saída do assistencialismo pode ser pensada a partir da atuação da instância de controle social, que deveria construir saídas comunitárias, com base nas reivindicações ao atendimento dos direitos coletivos. Um bom exemplo é o projeto *Promoção de Inclusão Produtiva*, desenvolvido como programa complementar ao PBF, pela prefeitura de Aracaju (SE), com o acompanhamento do conselho local. Em linhas gerais, o projeto busca identificar, estimular e valorizar vocações, habilidades e potencialidades entre os beneficiários do PBF, de modo a promover oficinas de capacitação focadas nas potencialidades identificadas. O resultado

foi a alfabetização de mais de 20% dos inscritos; reinserção no mercado de trabalho (24%); absorção como multiplicadores no próprio projeto (6%) e a abertura de negócios próprios, como a participante que abriu uma pequena lanchonete.

Propomos aqui pensar uma duplicação da instância de controle social: de um lado a construção sistêmica com a participação já descrita de técnicos de gestão e da população; de outro, a afluência da multidão, do coletivo de singularidades, de modos variegados e criativos, para fazer chegar à outra instância as vozes multilinguajeras (evitando o monolinguismo) do mundo da vida. Esses aportes não devem ser pensados de modo representativo, para não destruir o afluxo criativo. Não há como planejar essa participação/transformação a partir da linguagem sistêmica, que deformaria todas as demandas de multidão. O paradoxo teórico é que ao se aproximar do sistema e ao colocar suas demandas em termos da lógica sistêmica a multidão se desfaz em população participante e torna-se “povo”. É sempre a tensão viva entre multidão e população participativa que permite que a expressão da multidão enfrente o colonialismo da lógica sistêmica e seu processo comunicacional do marketing político, da publicidade eleitoral (a semiosfera) mencionada na primeira parte desse artigo. É uma tensão a enfrentar democraticamente e não, como o enunciador de *Veja* constrói, um destino.

O PBF tenta atuar no eixo da desigualdade econômico-social, mas também no da exclusão, ao trabalhar, por exemplo, com a família num

sentido ampliado e não somente com aquela estrutura mononuclear patriarcal. A questão é que a regulação social da modernidade capitalista apresenta uma contradição: por um lado, ela constitui processos que geram desigualdade e exclusão, por outro cria dispositivos para controlar e manter dentro de certos limites esses processos, impedindo situações extremas. Tais mecanismos visam “uma gestão controlada do sistema de desigualdade e de exclusão e, com isso, a redução das possibilidades de emancipação social às que são possíveis na vigência do capitalismo” (SANTOS, 2006: 282). Assim sendo, é possível pensar, como faz a mídia, que o programa é originariamente “assistencialista”, mas não pelas razões construídas pelas reportagens, que não examinam de perto essa conjunção entre sistemas de desigualdade e de exclusão, nem encaram seriamente os paradoxos da modernidade capitalista.

Nesse rumo, é preciso pensar dois eixos para enfrentamento da desigualdade: (1) por um lado, a população/multidão deve criar mecanismos de multidão para que demandas do mundo vivido cheguem aos programas sistêmicos, como o bolsa família e, a partir dele, criem outros que não dependam do Estado para sobreviver; por outro, (2) que esses vetores na direção mundo vivido – sistema criem formas de socialização e de comunicação não subordinadas aos ditames sistêmicos de racionalidade estratégica (que gerem os processos comunicacionais da sociedade de controle de que falamos acima), criando

mecanismos de inclusão de baixo para cima e não somente de cima para baixo. Só assim o PBF (seja de um ou outro partido político) deixará de constituir a única forma de saída da condição de miséria total, criando formas variegadas socializadas de construção de políticas de identidade e de igualdade. De acordo com Santos (2006, p. 313),

Sempre que estamos diante de diferenças não inferiorizadoras, a política de igualdade que as desconhece ou descaracteriza, converte-se contraditoriamente numa política de desigualdade. [...] Sempre que estamos perante diferenças não inferiorizadoras, uma política de igualdade genuína é a que permite a articulação horizontal entre identidades discrepantes e entre as diferenças em que elas assentam. Daí o novo meta-direito intercultural [...]; temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza .

O empoderamento deve concentrar-se nessa atenção para a concretização, em cada situação singular, do meta-direito intercultural. Isso se fará importante principalmente quando o efeito de multidão der um passo na direção de tornar as demandas multifacetadas em demandas de grupos sociais diferenciados para atender aos requisitos da lógica sistêmica de equivalências, ou seja, quando as diferenças tiverem de ser tornadas equivalentes num banco de dados estatal que alimenta políticas públicas de diminuição das desigualdades e das exclusões. É nessa hora que as instâncias de controle, como as do PBF, terão de ancorar-se em efeitos de multidão para ampliar os benefícios do programa

na direção de outros canais empoderadores e de redução da igualdade e da exclusão.

Defendemos, portanto, que o Programa Bolsa Família seja entendido de uma forma mais complexa do que essa criada por *Veja*, que seja pensado como apropriado pela sociedade, especialmente pelos seus beneficiados, de modo que o programa se constitua de baixo pra cima ou de dentro pra fora, da multidão para a multidão, ao contrário de programas assistencialistas nos quais as populações são reféns de imposições. Trata-se de acreditar na viabilidade de uma participação ativa e construtiva, em uma ação da multidão de singularidades a partir e com o programa.

Neste sentido, o desenho do programa sobre os pilares das condicionalidades, complementariedades e descentralização apresenta as condições para uma saída performativa do assistencialismo. Resta ver em cada caso, em cada município, para qual lado a balança pesa localmente: emancipação ou assistencialismo.

5 Conclusão

Finalmente, cabe mencionar a impossibilidade de uma análise homogênea, como quer a mídia, dos municípios participantes do PBF. Com efeito, é demasiado superficial afirmá-lo assistencialista ou emancipatório *a priori*. As singularidades próprias da multidão emergem de modo que a balança penda para um lado ou para outro em cada territorialidade constituída a partir da gestão e participação da população no programa.

Os movimentos sociais devem enfrentar a lógica sistêmica a partir de processos de guerrilha, como aqueles das ocupações do MST e dos Sem-Teto, e também criando vias multifacetadas (multivias) dentro de programas sistêmicos. Quanto mais houver empoderamento dos dizeres da multidão chegando às instâncias de controle, e quanto maior a potência da multidão em constituir a dimensão emancipatória da territorialidade, menos o programa será assistencialista.

Em resumo: o PBF será assistencialista se não houver participação da população nas instâncias de controle e chegada dos efeitos de multidão nas próprias instâncias de controle. Esse território municipal em que se encontram a população e os técnicos do Estado, ao constituir-se territorialidade, traz efeitos de multidão, sendo a eclusa de que falava Habermas ao modelizar a relação entre sistema e mundo vivido (HABERMAS, 1997; PRADO, 2000). A questão é que essa “participação” não pode ser pensada sob o modelo da representatividade de setores da sociedade civil, mas deve incorporar as expressões singulares da multidão, para criar socialidades e territorialidades diferenciais que possam constituir máquinas de guerra deleuzianas (DELEUZE; GUATTARI, 1997) contra os efeitos perversos das máquinas comunicacionais sistêmicas.

Referências

BADIOU, A. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Programa Bolsa Família: guia do gestor**. Brasília: 2006a. Disponível em: < www.mds.gov.br/programabolsafamilia/.../guia_gestor_bolsa_familia.pdf>.

_____. **Seminário Internacional Bolsa**

Família: 02 anos superando a fome e a pobreza no Brasil. Brasília, 2006b.

BRITOS, V. C.; COLLAR, M. S. Direito à comunicação e democratização no Brasil. In: SARAVIA, E.; PIERANTI, O. P.; MARTINS, P. E. M. (Org.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CHAMBERS, R. What is poverty? Who asks? Who answers? **Poverty in focus**, Brasília, p. 3-4, dez. 2006. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>>

CARNEVALLI, M. A. **Indispensável é o leitor: o novo papel das revistas semanais de informação no Brasil**. 2003, 400 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Orientador: José Coelho Sobrinho.

COLLINS, P. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 1991.

DALY, C.P.; HENRY, P.; RYDER, E. **The magazine**

publishing industry. Boston: Allin e Bacon, 1997.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. (v. 5)

EDWARD, P. The ethical poverty line: a moral definition of absolute poverty. **Poverty in focus**, Brasília, p. 14-16, dez. 2006. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>>

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa**. São Paulo: Hacker, 1999.

_____. **Mortes em derrapagens: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1995.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE FILHO J.; HERSCHMANN, M. (Org.). **Novos rumos da cultura da mídia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GOMES, M. R. **Jornalismo e filosofia da comunicação**. São Paulo: Escrituras, 2004.

_____. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker, 2000.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre**

facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo.**

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEÓN, M. Empoderamiento: relaciones de

las mujeres com el poder. **Revista Estudos**

Feministas. Florianópolis, v. 8, p. 191-205. 2000.

Dossiê Advocacy Feminista.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia

do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do**

Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e**

jornalismo – a saga dos cães perdidos. São Paulo:

Hacker, 2000.

MOASSAB, A. **Brasil Periferia(s): a comunicação**

insurgente do hip hop. 295 f. Tese (Doutorado

em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,

2008. Orientador: Prof. Dr. José Luiz Aida Prado.

NEGRI, A. **5 lições sobre o Império.** Rio de

Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Multidão: guerra e**

democracia na era do império. Rio de Janeiro:

Record, 2005.

PRADO, J. L. A. Teoria da comunicação e discurso

sobre a globalização: crítica ou marketing? In:

IANNI, O. et al. **Desafios da comunicação.**

Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. O perfil dos vencedores em Veja. **Revista**

Fronteiras, São Leopoldo, v. V, n. 2, p. 77-96,

2003.

_____. The construction of the other in a

brazilian weekly magazine. **Brazilian Journalism**

Research, Brasília, v.1, n. 2, 2005.

_____. Regimes cognitivos e estéticos da era

comunicacional: da invisibilidade de práticas à

sociologia das ausências. **Revista Comunicação,**

Mídia e Consumo, São Paulo, 2006a.

_____. As narrativas do corpo saudável na era

da Grande Saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISADORES EM JORNALISMO, 6., 2006.

Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: SBPJor, 2006b.

PRADO, J. L.A. et al. **A invenção do mesmo e do**

outro na mídia semanal. São Paulo: Edição do

autor, 2008. 1 DVD em hipermídia.

PRADO, J. L. A.; CAZELOTO, E. Valor e

comunicação no capitalismo globalizado.

E-Compós, n. 6, set. 2006. Disponível em: <[http://](http://www.compos.org.br/e%2Dcompos/)

www.compos.org.br/e%2Dcompos/>. Acesso em: 2

out. 2010.

PRADO, J. L. A.; DUNKER, C. **Žižek Crítico.** São

Paulo: Hacker, 2005.

RANIS, G.; STEWART F.; SAMMAN, E. Human

development: beyond the HDI. **Poverty in focus,**

Brasília, p. 12-14, dez. 2006. Disponível em: <

[http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.](http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf)

pdf>

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São

Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, out. 2007b.

SARAVIA, E.; PIERANTI, O. P.; MARTINS, P. E. M. (Org.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 1999.

SIMÕES, R. **A violência contra as mulheres nos media: lutas de gênero no discurso das notícias (1975-2002)**. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Claro e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIRNO, P. **A grammar of the multitude**. Nova York: Semiotext(e), 2004.

The Brazilian Family Grant Program in Veja – governmental welfarism or mediatic resent?

Abstract:

This text discusses some aspects of the Brazilian Family Grant Program, related to the overcoming of socioeconomical inequalities in the confluence between the lifeworld and systemic instances of communication society. The weekly magazine affirms that such Program is welfarist. We will examine the texts from the weekly magazine *Veja* (from 2005 and 2006), concerning the Program. Hence, we place our research question: how can the population make the Family Grant Program an emancipatory device throughout the creation of new sociabilities? Does the Family Grant Program tolerates – in its bureaucratic frame - the expression of multitude effects (plurilinguistic ones), which are able to create emancipatory effects over and above the income transfer (empowerment, improvement of well-being)? How to face the paradox of setting their demands in participative and systemic ways, since the multitude effects - which come from the lifeworld – might be lost?

Keywords:

Brazilian Family Grant Program; welfarism; emancipation; communication societies; control society.

El Programa Bolsa Familia en la revista *Veja* - ¿Asistencialismo governmental o resentimiento mediático?

Resumen:

Este texto discute aspectos del Programa Bolsa Familia vinculados a la superación de las desigualdades socioeconómicas en la confluencia entre mundo vivido e instancias sistémicas de la sociedad de la comunicación. El medio semanal afirma que el programa es asistencialista. Examinaremos reportajes de *Veja* de 2005 y 2006 sobre este programa. Así, nuestra cuestión se formula de la manera siguiente: ¿cómo la población puede tornar al PBF emancipatorio por medio de la creación de nuevas sociabilidades? ¿El PBF soporta en su corte burocrático la expresión de efectos de multitud (plurilingüísticos) que puedan crear efectos emancipatorios más allá de la transferencia de ingresos (empoderamiento, mejora del estado de bienestar)? ¿Cómo enfrentar la paradoja de que al postular sus demandas de modo participativo y sistémico, pueden perderse los efectos de multitud oriundos del mundo da vida?

Palabras clave:

Programa Bolsa Familia, asistencialismo, empoderamiento, emancipación, sociedades de la comunicación, sociedad de control.

Recebido em:
22 de janeiro de 2011

Aceito em:
13 de junho de 2011

Expediente

A revista E-Compós é a publicação científica em formato eletrônico da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Lançada em 2004, tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de Comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior.

E-COMPÓS | www.e-compos.org.br | E-ISSN 1808-2599

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011
A identificação das edições, a partir de 2008, passa a ser volume anual com três números.

CONSELHO EDITORIAL

Afonso Albuquerque, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Alberto Carlos Augusto Klein, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Alex Fernando Teixeira Primo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Carolina Damboriarena Escosteguy, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Gruszynski, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Silvia Lopes Davi Médola, Universidade Estadual Paulista, Brasil
André Luiz Martins Lemos, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Ângela Freire Prysthon, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Angela Cristina Salgueiro Marques, Faculdade Cásper Líbero (São Paulo), Brasil
Antônio Fausto Neto, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Antonio Carlos Hohfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Antonio Roberto Chiachiri Filho, Faculdade Cásper Líbero, Brasil
Arlindo Ribeiro Machado, Universidade de São Paulo, Brasil
Arthur Autran Franco de Sá Neto, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Benjamim Picado, Universidade Federal Fluminense, Brasil
César Geraldo Guimarães, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Cristiane Freitas Gutfreind, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Denilson Lopes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Denize Correa Araujo, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil
Edilson Cazeloto, Universidade Paulista, Brasil
Eduardo Peñuela Cañizal, Universidade Paulista, Brasil
Eduardo Vicente, Universidade de São Paulo, Brasil
Eneus Trindade, Universidade de São Paulo, Brasil
Erick Felinto de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Florence Dravet, Universidade Católica de Brasília, Brasil
Francisco Eduardo Menezes Martins, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil
Gelson Santana, Universidade Anhembi/Morumbi, Brasil
Gilson Vieira Monteiro, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Gislene da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Guillermo Orozco Gómez, Universidad de Guadalajara
Gustavo Daudt Fischer, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Hector Ospina, Universidad de Manizales, Colômbia
Herom Vargas, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil
Ieda Tucherman, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Inês Vitorino, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Janice Caiafa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Jay David Bolter, Georgia Institute of Technology
Jeder Silveira Janotti Junior, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
João Freire Filho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

John DH Downing, University of Texas at Austin, Estados Unidos
José Afonso da Silva Junior, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
José Carlos Rodrigues, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
José Luiz Aidar Prado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
José Luiz Warren Jardim Gomes Braga, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Juremir Machado da Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Laan Mendes Barros, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil
Lance Strate, Fordham University, USA, Estados Unidos
Lorraine Leu, University of Bristol, Grã-Bretanha
Lucia Leão, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Luciana Panke, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Luiz Claudio Martino, Universidade de Brasília, Brasil
Malena Segura Contrera, Universidade Paulista, Brasil
Márcio de Vasconcelos Serelle, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Maria Aparecida Baccega, Universidade de São Paulo e Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Maria das Graças Pinto Coelho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Luiza Martins de Mendonça, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Mauro de Souza Ventura, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Mauro Pereira Porto, Tulane University, Estados Unidos
Nilda Aparecida Jacks, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Paulo Roberto Gibaldi Vaz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Pottigara Mendes Silveira Jr., Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Renato Cordeiro Gomes, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Robert K Logan, University of Toronto, Canadá
Ronaldo George Helal, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Rosana de Lima Soares, Universidade de São Paulo, Brasil
Rose Melo Rocha, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Rossana Reguillo, Instituto de Estudos Superiores do Ocidente, Mexico
Rousiley Celi Moreira Maia, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Sebastião Carlos de Moraes Squirra, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil
Sebastião Guilherme Albano da Costa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Simone Maria Andrade Pereira de Sá, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Tiago Quiroga Fausto Neto, Universidade de Brasília, Brasil
Suzete Venturelli, Universidade de Brasília, Brasil
Valério Cruz Brittos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Valerio Fuenzalida Fernández, Puc-Chile, Chile
Veneza Mayora Ronsini, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Vera Regina Veiga França, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

19/19

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compos, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011.

COMISSÃO EDITORIAL

Adriana Braga | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Felipe Costa Trotta | Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

CONSULTORES AD HOC

Édison Gastaldo | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Gisela Grangeiro da Silva Castro, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Helio Kuramoto, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil
Juliano Mauricio de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Maria Helena Weber, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Paulo Carneiro da Cunha Filho, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Vera Regina Veiga França, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

EDIÇÃO DE TEXTO E RESUMOS | Susane Barros

SECRETÁRIA EXECUTIVA | Juliana Depiné

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA | Roka Estúdio

COMPÓS | www.compos.org.br

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Presidente

Itania Maria Mota Gomes
 Universidade Federal da Bahia, Brasil
 itania@ufba.br

Vice-presidente

Julio Pinto
 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
 juliopinto@pucminas.br

Secretária-Geral

Ana Carolina Escosteguy
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
 carolad@puccrs.br